

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

Revista Mercantil (S.P.)

Class.:

ETFR0001

Data

30 de maio de 1991

Pg.:

INFRA-ESTRUTURA

Volta a tramitar no Congresso o projeto da Transfronteira

por Liliana Lavoratti de Brasília

O projeto de lei nº 1.930, de 1989, que prevê a construção de uma rodovia transfronteira interligando as regiões Norte e Oeste do Brasil com Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa, voltou a tramitar no Congresso Nacional. O objetivo da rodovia internacional, de cerca de 9 mil quilômetros de extensão ao longo de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Acre, é povoar o lado brasileiro da fronteira, através da instalação de agrovilas em terras da União.

A autora do projeto, deputada Raquel Cândido (PRN-RO), pediu o desarquivamento em fevereiro deste ano. De lá para cá, segundo ela, o projeto já foi aprovado pelas comissões de Constituição e Justiça, de Relações Exteriores, e Agricultura e Política Rural. Raquel acredita que a proposta deverá ser apreciada em plenário nas próximas semanas. O relator do projeto, deputado Vicente Fialho (Bloco-CE), apresentou substitutivo, adequando a proposta original elaborada na legislatura passada, especialmente no que se refere aos órgãos governamentais envolvidos.

Os custos da obra não foram estimados ainda. O projeto diz apenas em seu artigo 4º que caberá ao ministério da Economia gerenciar a captação de recursos, compreendendo fontes internas e externas, além da participação do capital privado. A criação de agrovilas "para o assentamento prioritário de populações envolvidas em conflitos de terra" obedecerá a programas do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Também ficará por conta do Executivo, caso o projeto seja aprovado, especificar as ações individualizadas dos órgãos diretamente envolvidos, "que visem eliminar

e coibir o tráfico de drogas, as queimadas, o contrabando, a exploração mineral e vegetal ilegal, a ingerência nas tribos indígenas e possíveis movimentos guerrilheiros", conforme o texto do artigo 10.

A deputada Raquel Cândido explica que a implantação da Transfronteira — na faixa interna do território nacional, a uma distância média de 70 quilômetros da linha divisória terrestre — vai impulsionar a ocupação das fronteiras do Brasil com seus vizinhos da região Amazônica, "levando o desenvolvimento e integração com aqueles países latino-americanos". Ela destaca que a obra abrirá oportunidades de trabalho em larga escala para desempregados, subempregados e agricultores ex-sem-terra, "além de criar a auto-suficiência na produção de alimentos para aquela região".

Em 1989, o projeto obteve apoio das embaixadas dos sete países situados na fronteira Norte e Oeste do Brasil, do Estado Maior das Forças Armadas — que afirmava "não existir nenhum choque no que diz respeito ao projeto Calha Norte, elaborado para implementar o desenvolvimento da faixa ao Norte dos rios Amazonas e Solimões, bem como a segurança daquela área" —, e dos ministérios dos Transportes e das Relações Exteriores.

Até agora, a proposta, que não gerou polêmica, foi criticada pelo deputado Valdir Ganzer (PT-PA), representante movimento pela sobrevivência da Transamazônica. Ele classifica a obra de "megamanufatura" e lembra que a Transamazônica, construída há vinte anos, está "totalmente abandonada". São 2.840 quilômetros de estradas vicinais para ser recuperados, 1.860 quilômetros não foram construídos e mais 1.000 que precisam ser completamente recuperados.